



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS
HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

ADRIANA DE ARAÚJO LOPES

**O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE
TÉCNICA NO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA CARLOS SANTOS DA
COMARCA DE PORTO ALEGRE**

BRASÍLIA

2015

Adriana de Araújo Lopes

**O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE
TÉCNICA NO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA CARLOS SANTOS DA
COMARCA DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília-UnB.

Orientador: Prof.(a) Júlia Clímaco

Brasília

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientadora Júlia Clímaco pela supervisão do trabalho e por estar sempre disponível em situações de dúvidas e contratempos.

Agradeço a equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos-CIPCS pela disponibilidade em participar desta pesquisa, contribuindo para a promoção de conhecimento e para repensar as práticas cotidianas.

“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos”

Hannah Arendt

RESUMO

Este trabalho apresenta a perspectiva da equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos – CIPCS, localizado em Porto Alegre, acerca do Plano Individual de Atendimento- PIA. Cita o PIA a partir da Lei do Sinase (12.594/2012) e do Programa de Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul - PEMSEIS, pontuando sua importância na garantia da individualização da medida socioeducativa, considerando os sujeitos em desenvolvimento a partir de uma perspectiva dos Direitos Humanos. Demonstra as potencialidades e dificuldades encontradas pela equipe técnica durante a elaboração e apresentação do documento, bem como ocorre a participação do adolescente e sua família na construção e execução da proposta de atendimento.

Palavras-chave: Plano Individual de Atendimento (PIA); Sinase; PEMSEIS; Medidas Socioeducativas; Direitos Humanos.

LISTA DE SIGLAS

FEBEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CIPCS	Centro de Internação Provisória Carlos Santos
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
PEMSEIS	Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul
PIA	Plano Individual de Atendimento
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 DEFINIÇÃO DO TEMA.....	10
3 OBJETIVOS.....	12
3.1 Objetivo Geral.....	12
3.2 Objetivos Específicos.....	12
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4.1 COMPREENDENDO OS DIREITOS HUMANOS.....	13
4.2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: O ECA E O SINASE.....	15
4.3 A EQUIPE TÉCNICA INTERPROFISSIONAL.....	17
4.4 O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO- PIA SOB A ÓTICA DO SINASE.....	20
4.5 O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA.....	21
4.6 APRESENTAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO EM AUDIÊNCIA.....	25
5 METODOLOGIA.....	27
6 DISCUSSÃO.....	30
6.1 O PIA NA PERCEPÇÃO E PRÁTICA DAS EQUIPES.....	30
6.2 FUNÇÃO DO PIA PARA O ADOLESCENTE.....	33
6.3 FUNÇÃO DO PIA PARA A FAMÍLIA.....	35
6.4 FUNÇÃO DO PIA PARA A EQUIPE TÉCNICA.....	37
6.5 RELAÇÃO COM O JUDICIÁRIO.....	38
6.6 INTERVENÇÕES.....	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
8 REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	46

1 INTRODUÇÃO

A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, promovendo uma reorganização institucional iniciado com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), que culminou com o fim da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). A FASE atualmente é composta por Centros de Atendimento Sócio-Educativo CASE, sendo sete deles na capital Porto Alegre, sete distribuídos no interior do Estado e dez Centros de Atendimento de semiliberdade, distribuídos em todo o Estado. Acolhe meninos e meninas que se envolvem com atos infracionais.

O Centro de Internação Provisória Carlos Santos - CIPCS destina-se ao atendimento de adolescentes do sexo masculino em Internação Provisória e em regressão de medida em meio aberto. É a unidade de recepção, onde permanecem até a definição de sua situação jurídica. Esta unidade é o objeto de estudo deste trabalho, a partir do Plano Individual de Atendimento, denominado PIA – Contextualização, que objetiva “contextualizar a situação inicial do adolescente/jovem adulto” (PEMSEIS, p. 36). As demais unidades da FASE são as responsáveis pela execução das medidas de internação e nelas desenvolvem outras etapas do PIA, chamada de PIA - Ação, que traça os objetivos a serem seguidos a partir do PIA contextualização realizado na Internação Provisória; Relatório Avaliativo, que analisa os objetivos alcançados e não alcançados a cada seis meses a partir do PIA Ação; e PIA egresso, que são as ações traçadas para o desligamento do adolescente/jovem adulto da FASE, após cumprimento da medida socioeducativa.

A internação provisória de acordo com o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul - PEMSEIS (2014), é uma determinação judicial que permite a internação do adolescente/jovem adulto acusado de ato infracional anterior a definição da sentença, sendo uma medida cautelar e tem como objetivo garantir a integridade do acusado do ato infracional, além de resguardar a sociedade, como preconiza o artigo 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com Ramidoff (2012):

é uma espécie de medida cautelar (protetiva) prevista na Lei n. 8069/90 como providência destinada ao asseguramento dos direitos individuais e das garantias fundamentais do adolescente a quem se atribui a prática de ação conflitante com a lei.(p. 121)

O artigo 108 da Lei n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente- revela a possibilidade de internação do adolescente, estabelecendo o prazo máximo de até 45 dias.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, apresenta uma compreensão de socioeducação que considera a importância da responsabilização da conduta infracional, mas vai além deste significado, abrangendo o desenvolvimento de aptidões e condições para a integração social, incluindo atividades de natureza coletiva. Dentro desta visão, a socioeducação tem como objetivo garantir a estes adolescentes o acesso a oportunidades de superação de sua condição e à formação de valores, incluindo elementos como acolhimento, reconhecimento e coparticipação.

Tendo em vista a lei do SINASE nº 12.594/2012 que prevê o dispositivo do Plano Individual de Atendimento como “um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” (RAMIDOFF, 2012), considera-se pertinente o estudo do relatório de PIA e as inquietações presentes na equipe técnica responsável pela construção desse documento.

Segundo Ramidoff (2012), o Plano Individual de Atendimento é desenvolvido com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou de internação. Não ensejarão na elaboração do documento as medidas de advertência e reparação do dano, salvo se cumuladas com as demais medidas socioeducativas. O PIA deve ser elaborado não só a partir da equipe técnica, mas também deve contar com a participação do adolescente e seus familiares ou por outros envolvidos no acompanhamento da medida socioeducativa. Cabe salientar que, nas medidas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, o PIA é realizado pela instituição responsável, que no caso do Rio grande do Sul é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS.

Segundo o PEMSEIS (2014), Durante o período em que permanecer no Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE, aguardando a definição de sua situação jurídica, o adolescente/jovem adulto deverá receber atendimento das diferentes áreas técnicas que compõe a socioeducação, elencando suas principais necessidades, levando-se em conta a peculiaridade de cada sujeito em condição de desenvolvimento. Inicia-se na Internação Provisória a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, contextualizando a história de vida do adolescente/jovem adulto pontuando as reais necessidades do atendimento.

Neste processo de realização do PIA no Centro de Internação Provisória Carlos Santos - CIPCS, de acordo com o PEMSEIS (2014), o psicólogo realiza atendimentos individuais e em grupo com os adolescentes, o assistente social realiza o acompanhamento familiar, o advogado o acompanhamento da situação jurídica do adolescente, o pedagogo as questões pertinentes à escolarização, profissionalização e espiritualidade, o profissional de educação física com foco nas atividades de lazer e os profissionais médicos e enfermeiros a questão pertinente à saúde do jovem.

Diante deste trabalho realizado pela equipe técnica da Fundação de Atendimento Socioeducativo, especificamente no Centro de Internação Provisória Carlos Santos, este estudo visa verificar os sentimentos despertados nestes profissionais, como avaliam o processo de trabalho, no sentido de pensar em que medida esse instrumento auxilia o jovem no cumprimento de uma medida socioeducativa e quais os incômodos presentes nesse processo, de modo que isso possa ser problematizado e o grupo consiga pensar em novas formas de ação repensando a própria prática. Também se busca saber a percepção que esses profissionais têm do PIA em sua prática, ou seja, como o instrumento auxilia o seu trabalho cotidiano. A ideia é que os participantes sejam protagonistas, utilizando-se do espaço para pensar em novas possibilidades de atuação e repensar o que já está estabelecido.

O PIA é uma garantia de direito do adolescente/jovem adulto para a organização do cumprimento da medida socioeducativa, de modo a assegurar que sejam realizadas ações socioeducativas para promoção de seu desenvolvimento:

A educação é um triplo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização – subjetivação. Educa-se um ser humano, o membro de uma

sociedade e de uma cultura, um sujeito singular. Podemos prestar mais atenção a uma dimensão do que a outra, mas, na realidade do processo educacional, as três permanecem indissociáveis. Se queremos educar um ser humano, não podemos deixar de educar, ao mesmo tempo, um membro de uma sociedade e de uma cultura e um sujeito singular. (CHARLOT, 2006. p.15).

A educação permeia o âmbito socioeducativo e pensar no instrumento PIA é se atentar para a forma com que isso vem sendo construído, qual a percepção da equipe de modo a aprimorar a prática de trabalho e consequentemente assegurar os direitos previstos na legislação vigente.

2 DEFINIÇÃO DO TEMA

Essa pesquisa pretende estudar que percepções a equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos da Comarca de Porto Alegre tem acerca do relatório Plano Individual de Atendimento. Esse relatório se caracteriza por ser um instrumento construído semanalmente por parte da equipe técnica do Centro de Internação Provisória da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE. A equipe apresenta esse relatório em um grande número de audiências. Para a elaboração deste instrumento são realizados atendimentos com os adolescentes, com a família, contato com a rede de atendimento a fim de levantar as necessidades iniciais de cada jovem para o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação. Este documento é produzido somente quando o adolescente recebe em audiência a sentença determinando o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação. Muitos jovens chegam a ser desligados da instituição no período de internação provisória, pois muitos casos têm determinação de medidas de meio aberto, como liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Na audiência de apresentação do PIA é realizado um breve relato sobre o documento, que é uma descrição da vida do jovem, sua dinâmica familiar, suas potencialidades e dificuldades e apontar necessidades iniciais tais como: estimular a reflexão sobre sua conduta, auxiliar e apoiar a família na imposição de limites e também

encaminhamentos para serviços especializados, como psicoterapia e atendimento para drogadição, entre outros, conforme o caso.

A equipe técnica que atua com adolescentes privados de liberdade é responsável pela construção desse documento com a finalidade de visualizar as necessidades iniciais e peculiares de cada indivíduo.

Este trabalho discutirá a importância do PIA na Internação Provisória no cenário socioeducativo, com foco nos profissionais envolvidos em sua elaboração, para que se perceba que construções eles fazem em relação a esse processo, como o percebem, o vivenciam e o elaboram. Este dispositivo regulamentado com a Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, denominado SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo deve abranger a participação dos pais ou responsáveis, sendo assim, o PIA é construído pela equipe técnica com participação ativa dos pais ou responsáveis que devem contribuir para o processo de ressocialização do adolescente.

As medidas socioeducativas têm por objetivo: “a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento” (SINASE, CAP I § 2ºII).

Tendo em vista que o PIA é um instrumento preconizado pelo SINASE que surge para regulamentar as medidas socioeducativas para adolescentes praticantes de atos infracionais, este estudo torna-se importante para verificar a percepção da equipe técnica sobre este instrumento que é uma garantia de direitos dos jovens que cumprem as medidas socioeducativas, pois objetiva ações sustentadas nos princípios de Direitos Humanos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Verificar como os técnicos da Internação provisória percebem e elaboram o Plano individual de Atendimento, desde a perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar a percepção dos profissionais envolvidos na construção do Plano Individual de Atendimento;
- b) Compreender a função do Plano Individual de Atendimento para a equipe técnica, para o adolescente e sua família na visão dos técnicos;
- c) Problematizar o uso que o judiciário faz do Plano Individual de Atendimento, se está de acordo com os objetivos para os quais ele foi desenvolvido;
- d) Proporcionar espaço de escuta sobre o tema com a roda de conversa que será realizada para fazer esse debate com a equipe envolvida, de modo que além de acessar essas percepções, a pesquisa seja interventiva.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 COMPREENDENDO OS DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos são frutos da ação humana, podendo ser construídos e desconstruídos, reconhecidos e negados, efetivados e violados ao longo da história. Nessa perspectiva, na assertiva clássica de Hegel, a condição humana não decorre necessariamente de sua origem biológica, mas é um processo constituído na história. Para ele, não se nasce homem, mas torna-se homem como consequência de nossa ação humanizadora (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014).

Ao se fazer uma pesquisa sobre o cenário atual dos direitos humanos em várias regiões do país, ou nas diversas regiões do sistema global, não se verifica uma condição homogênea de direitos efetivados, ou uma validade universal em meio a sistemas jurídicos inseridos em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais tão diversos. A noção de universalidade vem com uma noção de superioridade, de imposição cultural, política e econômica, justificado por um discurso ora benevolente, ora missionário, ora democrático. Essa imposição pode ser explicada em dois eixos argumentativos: a ideia de que a o projeto civilizatório eurocêntrico, ocidental e branco é a melhor forma histórica que a vida humana já alcançou, de modo que toda e qualquer sociedade deva chegar nesse estágio de desenvolvimento, por outro lado essa imposição política, cultural e econômica adquire ares de doação, caridade, tendo em vista que essa universalização viria para salvar e qualificar a vida na sociedade receptora, agora civilizada. (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014).

Pensar nos processos históricos de lutas por direitos é importante, pois trata de assegurar a eficácia dos processos de luta por dignidade, ao invés de revesti-los de forma jurídica. Os sistemas de garantias de direitos humanos devem assumir formas concretas sejam elas políticas, econômicas, culturais ou sociais (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014). Os direitos humanos não devem se confundir com as declarações que pretendem tratá-las, que na verdade são lutas sociais provenientes da experiência de humanização: “são em síntese o ensaio de

positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem” (SOUSA JR, 200, p. 183).

Os direitos humanos não se constroem de forma linear: são processos de direitos que se constroem e desconstroem, na medida em que há demanda e luta política e social em cada sociedade.

O pensador espanhol Joaquín Herrera Flores (em Sousa Junior, 2015), aborda a questão de como o direito se relaciona com os processos institucionais e sociais de modo a levar a abertura e consolidação de espaços de luta pela dignidade humana. Sua resposta orienta-se a projetos possíveis no nível institucional e social:

Creio que ao falar em direitos humanos, devemos ser conscientes de uma série de fatos históricos e sociais. Celebramos, em 2008, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas, também os 42 anos de sua ruptura em dois Pactos Internacionais (1966): o de direitos civis e políticos e o de direitos sociais, econômicos e culturais. Se a estrutura da Declaração era unitária, que razões fundamentaram e, o que é mais importante, que razões seguem fundamentando a visão dualista dos direitos? Se lermos com atenção os Informes de Desenvolvimento Humano que anualmente são publicados pelas Nações Unidas, observamos que, a cada ano que passa, aumenta o abismo entre ricos e pobres, e que não há modo de conter a pobreza e a mortalidade por fome nos países empobrecidos pelas políticas coloniais globais do modo de produção capitalista. E, por fim, se acessamos o último informe da Anistia Internacional [veremos que], de um modo direto, são questionados os avanços em direitos civis e políticos no mundo depois de seis décadas da assinatura da Declaração. Se fazemos estas leituras, creio que todos e todas perceberemos a necessidade de ‘reinventar os direitos humanos’ desde uma perspectiva mais atenta ao que está ocorrendo ao nosso redor. Creio, sinceramente, que chegou o momento de redefinir uma categoria tão importante para compreender os desafios com os quais se depara a humanidade em início do século XXI. Neste sentido, nós definimos os direitos humanos como ‘processos de luta pela dignidade’, ou seja, o conjunto de práticas sociais, institucionais, econômicas, políticas e culturais levadas a cabo pelos movimentos e grupos sociais em sua luta por um acesso igualitário e não hierarquizado a priori aos bens que fazem digna a vida que vivemos. (Joaquín Herrera Flores em Sousa Junior, 2015)

Para Mendes (2011), os direitos humanos são idealizados como importante instrumento de garantia e consolidação das lutas sociais por dignidade humana. Entende, portanto, os direitos como um conjunto amplo de garantias, resultantes de lutas sociais e nisso inclui a capacidade humana de transformação da realidade e da democracia.

Considerando a questão da garantia de direito, e os direitos humanos como garantia de lutas sociais, é possível perceber os avanços na legislação brasileira no sentido de garantir leis que permitam enfrentar as situações de violência e vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes. Ao contrário do código de menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - surge para assegurar deveres e direitos. O Brasil foi um dos primeiros países a organizar uma legislação que estivesse de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. O ECA estabelece os direitos e deveres de crianças e adolescentes, bem como os dos pais, gestores públicos, profissionais de saúde e conselho tutelar. Estabelece punição para maus tratos e inclui medidas de proteção e medidas socioeducativas. Contém também políticas de atendimento e assistência.

4.2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: O ECA E O SINASE

O Estatuto da Criança e do Adolescente assim define as medidas socioeducativas: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei” (Art.104 da Lei 8.069/90) e dispõe que diante do cometimento de ato infracional a autoridade competente pode aplicar as seguintes medidas socioeducativas (Art. 112 da Lei 8.069/90): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção de regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e medidas de proteção. Previstas no art. 101, I a VI, essas medidas são: encaminhamento aos pais ou responsáveis por termo de responsabilidade, orientação e acompanhamento temporário, matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino, inclusão em programa que ofereça auxílio à família, à criança e ao adolescente, requisitar tratamentos de saúde, incluir em programa de auxílio, orientação e tratamento para fins de drogadição.

A advertência consiste em orientação verbal, que será feita através de termo e assinatura. (Art. 115 da Lei 8.069/90); já a obrigação de reparar o dano ocorre se tratando de atos infracionais com danificação de patrimônio, de modo que restitua ou

promova ressarcimento do dano, compensando o prejuízo da vítima. (Art 116 da Lei 8.069/90).

A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos de caráter semelhante não podendo exceder o período de seis meses. Não deve ultrapassar a carga horária máxima de 8 horas semanais e pode ser realizada em qualquer dia da semana, de modo a não prejudicar a escola ou o trabalho (Art 117 da Lei 8.069/90).

A liberdade assistida “é a medida legal (socioeducativa) a ser efetivamente implementada precisamente pela sua excelência resolutiva e emancipatória” (RAMIDOFF, 2012 p. 38). Essa medida tem por finalidade acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo fixada pelo prazo mínimo de seis meses podendo a qualquer tempo ser revogada, prorrogada ou substituída por outra medida socioeducativa. É determinado um orientador que deve supervisionar a frequência, aproveitamento escolar, questões de profissionalização e mercado de trabalho e apresentar relatório do caso (Arts.118 e 119 da Lei 8.069/90).

O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas e sendo obrigatória a escolarização e profissionalização, devendo sempre que possível utilizar os recursos existentes na comunidade. (Art. 120 da Lei 8.069/90).

A medida socioeducativa de internação é a intervenção mais rigorosa em relação às demais medidas que podem ser judicialmente determinadas a adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional. Deve ser cumprida em entidade de atendimento que possua adequação estrutural e funcional para orientação educacional e capacitação profissionalizante do adolescente (RAMIDOFF, 2012 p. 45). Essa medida é aplicada quando se trata de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outros atos infracionais graves ou, ainda, por descumprimento de medida anterior imposta. Deve respeitar os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de sujeito em desenvolvimento.

O SINASE surge como um conjunto de regras, princípios e critérios que envolvem a execução das medidas socioeducativas. A legislação que o regulamenta está no art. 112 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para se

referir às medidas socioeducativas que possam ser determinadas ao adolescente em conflito com a lei. Então:

O SINASE é um instrumento jurídico-político que complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria de ato infracional e medidas socioeducativas. É um documento que impõe obrigações e a co-responsabilidade da família, da sociedade e do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes autores de ato infracional. E ao Estado, principalmente, cabe a função de investir em políticas sociais que facilitem a concretização desse importante instrumento normativo. (VERONSE; LIMA, 2009, p.41)

Segundo Maraschin e Raniere (2011), a necessidade de constituir um padrão para os procedimentos socioeducativos demonstra a existência de diversos modelos atuais em funcionamento. Pontuam também que um dos eixos, senão o principal é o Plano Individual de Atendimento , que é obrigatório para todo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

4.3 A EQUIPE TÉCNICA INTERPROFISSIONAL

Segundo Ramidoff (2012), a equipe técnica interprofissional do programa de atendimento deve ter composição multidisciplinar, ou minimamente contar com profissionais da educação, assistência social e saúde conforme dita a Lei 12.594/20102 (Sinase). A composição da equipe deve atender às normas dos conselhos profissionais e do programa de atendimento da instituição. É possível que outros profissionais sejam adicionados à equipe de modo a garantir o atendimento integral ao adolescente em conflito com a lei.

A equipe técnica além do conhecimento pertinente à sua área de conhecimento, deve estar ciente das legislações vigentes específicas da socioeducação, compreendendo o processo de cumprimento das medidas socioeducativas. Tem como função “auxiliar no desenvolvimento pessoal e social do socioeducando atendendo as demandas e realizando os devidos encaminhamentos, acessando a rede de atendimento pública e comunitária, visando a promoção e

garantia dos direitos” (PEMSEIS, Programa de Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, 2014, p.62).

Deve estar contemplado no atendimento socioeducativo, o atendimento integral das necessidades básicas do adolescente em conflito com a lei, tendo em vista “sua integração social – individual, familiar e comunitária -, para a melhoria da sua qualidade de vida individual e coletiva” (RAMIDOFF, 2012, p. 36). Os profissionais devem embasar suas ações na busca de desenvolvimento das habilidades pessoais, cognitivas, relacionais, produtivas dos socioeducandos buscando uma visão interdisciplinar, proporcionando, por exemplo, atendimento jurídico, psicossocial individual e/ou grupal, familiar, dentre outros.

O caráter multidisciplinar da equipe oferece importantes contribuições para o desenvolvimento de um plano individual de atendimento segundo as normas de referência e as necessidades do adolescente (RAMIDOFF, 2012). De acordo com o PEMSEIS (2014), “é atribuição da equipe técnica a elaboração do PIA, cujas metas são traçadas junto com o socioeducando e seus familiares, produzindo relatórios que serão repassados à autoridade judicial (...)” (p.62, 63), oferecendo assim subsídio para acompanhar e revisar a medida socioeducativa.

De acordo com o PEMSEIS (2014), é da competência da equipe técnica

- a) Planejar, coordenar e executar as atividades das respectivas áreas;
- b) Participar propositivamente da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação contínua do Plano de Atendimento Coletivo;
- c) Participar da permanente avaliação das ações da Unidade, propondo alternativas para a superação das dificuldades;
- d) Inteirar-se do conteúdo dos diferentes livros de registros da unidade de atendimento;
- e) Participar das reuniões da unidade;
- f) Participar de treinamentos internos e externos;
- g) Acompanhar e oferecer subsídios técnicos às atividades dos agentes socioeducadores;
- h) Recepcionar, acompanhar, atender e orientar os socioeducandos, enfocando aspectos pertinentes à medida socioeducativa, ao Centro de Atendimento e a sua área de atuação;
- i) Realizar estudos de caso;
- j) Participar propositivamente da elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento, na sua

especificidade e no âmbito inter e transdisciplinar promover ações para implementação do mesmo;

k) Realizar acompanhamento especializado nas áreas da educação, da recreação, do direito, da saúde, da psicologia e do serviço social;

l) Registrar sistematicamente os atendimentos nos prontuários;

m) Avaliar a liberação de ligações telefônicas para os socioeducandos de acordo com as regras da unidade;

n) Pesquisar e coletar dados nos autos dos processos e demais documentos que constem em prontuário, mantendo-se informado de todos os aspectos da medida socioeducativa;

o) Participar da Comissão de Avaliação Disciplinar;

p) Propiciar aos socioeducandos atividades grupais que trabalhem suas dificuldades e facilidades de convivência com o coletivo, reforçando seu papel de cidadão e, portanto, sujeito de direitos e deveres;

q) Propiciar o envolvimento, a reflexão, o fortalecimento dos vínculos familiares através de grupos de famílias;

r) Elaborar relatórios informativos, quando necessário, aos Juizados da Infância e Juventude;

s) Realizar visita domiciliar com a finalidade de juntar elementos para a compreensão da realidade familiar e social do adolescente/ jovem adulto atendido;

t) Elaborar relatórios avaliativos periódicos, valendo-se de outros serviços da rede pública, para elaboração de uma proposta de atendimento, visando à reinserção social;

u) Participar da elaboração do PIA Egresso.

(PEMSEIS, 2014, p.63,64)

Compete ainda à equipe técnica apontar e orientar a direção da unidade quanto aos adolescentes em relação à saúde mental, para que não sejam segregados e mantidos em espaço especiais, mas sim atendidos conforme a necessidade específica. Dessa forma respeita-se a dignidade e o direito diante do sofrimento psíquico, com o dever de encaminhar a atendimento especializado, seja ambulatorial ou hospitalar.

4.4 O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO- PIA SOB A ÓTICA DO SINASE

Um dos principais eixos da Lei do Sinase (12.594/2012) é o Plano Individual de Atendimento, que é “um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente que cumprir a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, ou de liberdade assistida, ou de semiliberdade ou de internação” (RAMIDOFF, 2012, p.117). Esse Plano Individual de Atendimento, obrigatório para todo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, prevê que:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social [...]. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente (SINASE,2012,p.52).

O Plano Individual de Atendimento será elaborado pela equipe técnica responsável, mas com participação efetiva do adolescente, da sua família ou das pessoas responsáveis pelo acompanhamento da medida socioeducativa. Os pais ou responsáveis tem a função de contribuir no processo de ressocialização do jovem sob pena de responsabilização conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 249 (Art. 52-53 da Lei 12.594/2012).

A equipe interprofissional é a responsável pela elaboração individualizada do PIA, que deve levar em conta as condições pessoais, familiares, comunitárias do adolescente/jovem adulto. Deve ser avaliada também a questão institucional, como o relacionamento com os demais jovens. É por meio do PIA que devem ser planejada a metodologia da inserção pedagógica, visando a emancipação subjetiva do sujeito e a melhoria de sua qualidade de vida. Devem ser analisados todos os incidentes, ocorrências e intervenções que forem realizadas ao longo da medida socioeducativa, como também deve contemplar os resultados da avaliação interdisciplinar, os objetivos declarados, as atividades de integração e capacitação

profissional, de integração e apoio familiar e questões específicas à saúde do socioeducando (RAMIDOFF, 2012).

O PIA será utilizado para a construção de metas e compromissos pactuados com os jovens que cumprem medidas socioeducativas e suas famílias que realizam o acompanhamento. É importante salientar que as intervenções precisam ser caracterizadas por abordagens adequadas às necessidades específicas de cada indivíduo e sua família, objetivando a evolução pessoal e social. O PIA só pode ser construído a partir de um diagnóstico polidimensional e individualizado, com definições de ações a serem implementadas, com a fixação de metas a serem atingidas, definição de atividades individuais e coletivas. A elaboração, o acompanhamento e a reavaliação do PIA incluem discussões permanentes, sempre estando sujeito a reformulações de acordo com o processo evolutivo (COSTA ET AL., 2011).

4.5 O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO NA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

De acordo com Ramidoff (2012), a Internação Provisória é uma espécie de medida cautelar previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destinada a assegurar os direitos individuais e as garantias fundamentais dos adolescentes em conflito com a lei. É estabelecida a internação provisória pelo prazo máximo de 45 dias (Art 108 da Lei 8.069/90).

É fundamental que haja um programa de atendimento, de forma a ter um Plano Individualizado de Atendimento por parte da equipe técnica, embora a atual legislação não determine expressamente que deva haver a confecção de tal Plano para o acompanhamento do cumprimento da internação provisória (RAMIDOFF, 2012).

No Rio Grande do Sul existe o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, denominado PEMSEIS, que trata de algumas peculiaridades do sistema socioeducativo deste Estado, pois, no prazo de 45 dias da internação provisória, é confeccionado o Plano Individual de Atendimento para aqueles que, dentro deste período, recebam sentença condenatória para cumprimento de medidas socioeducativas. Nessa situação, esse

PIA inicial se chamará PIA – Contextualização, que é o foco desta pesquisa, e contempla a situação inicial do adolescente/jovem adulto, levantando aspectos da sua vida familiar e comunitária, vulnerabilidade e risco social, necessidades, potencialidades, traçando portanto o plano de intervenção a ser construído com o socioeducando e sua família para o cumprimento de uma medida socioeducativa (PEMSEIS,2014).

O Plano Individual de Atendimento acompanha o socioeducando desde o seu primeiro ingresso na Fundação de Atendimento Socioeducativo - FASE, sendo um instrumento de intervenção dinâmico, em constante processo de avaliação e mudança. É estruturado conforme as necessidades levantadas, e possui caráter gradativo, desde a Internação Provisória até o seu desligamento. O PIA Deverá conter:

[...] a avaliação disciplinar, os objetivos declarados pelo socioeducando, a definição das atividades de integração e de apoio à família/responsável, individuais e de grupo, as ações especiais de assistência e tratamento às demandas que surgirão no período de internação, fixação de metas e atenção à saúde, as condições para a sua progressão e/ou desligamento (PEMSEIS, 2014, p.35).

Este instrumento deverá conter os seguintes aspectos:

- Educação Formal: grau de escolaridade, metas e expectativas do socioeducando no processo de ensino formal, áreas do conhecimento de que necessita ou em que deseja se aprofundar;

- Profissionalização: experiências que o socioeducando já possui no âmbito do trabalho, áreas de formação profissional que sejam de seu interesse bem como oficinas e cursos disponíveis que o mesmo deseja frequentar;

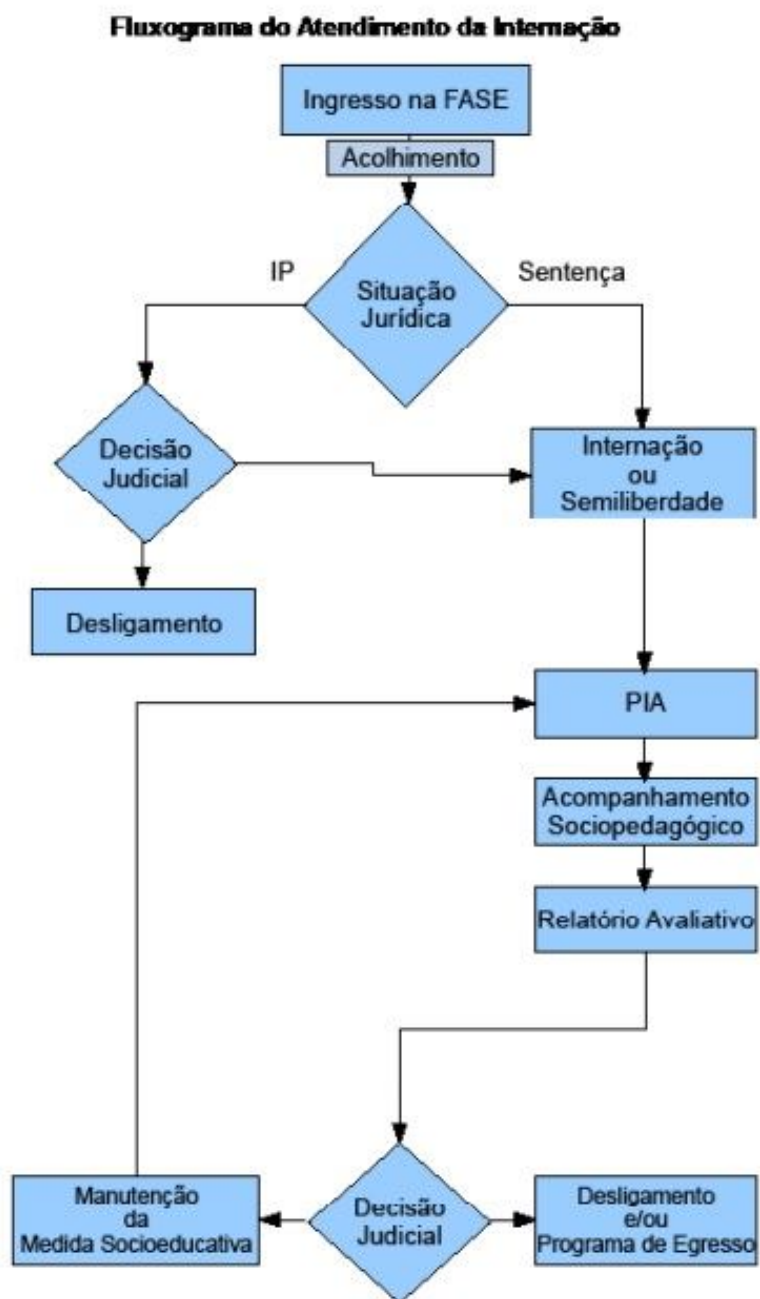
- Abordagem Familiar e Comunitária: serão abordadas as relações do socioeducando com sua família e/ou família extensa promovendo a construção de ações que proporcionem o fortalecimento e restabelecimento dos vínculos afetivos bem como a reinserção social e comunitária;

- Cultura, Lazer, Esporte e Espiritualidade: experiências que o socioeducando já possui com atividades esportivas e de lazer em que queira inserir-se e ou aperfeiçoar, focos de interesse cultural que queira desenvolver, grupos de formação espiritual e religiosa que deseje conhecer ou participar, garantida a livre opção religiosa;

- Saúde: referente à saúde integral do socioeducando, considerando ações de prevenção e promoção de saúde;
- Jurídico: informação acerca da situação processual do socioeducando (PEMSEIS, 2014, p.35-36).

Após a elaboração do PIA, ele é apresentado ao judiciário em uma audiência, em que será determinada qual a unidade onde o jovem cumprirá sua medida socioeducativa, pois os jovens permanecem na internação provisória somente até a sentença do juiz. O Artigo 55 da Lei do Sinase afirma que o prazo para a elaboração deste documento é de até quarenta e cinco dias, contando da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento. Nos Centros de Atendimento Socioeducativo serão confeccionados outros Planos Individuais de Atendimento, baseados no PIA Contextualização realizado na Internação Provisória. São eles: o PIA Ação, em que, a partir do PIA Contextualização, se pactua com o socioeducando e sua família/responsável os objetivos a serem alcançados ao longo da medida; o Relatório avaliativo, que retrata o acompanhamento e evolução dos aspectos do Pia Ação, discriminando os objetivos atingidos e os não alcançados, propondo novas ações interventivas; Pia Egresso, realizado no desligamento do jovem da instituição ao término de sua medida socioeducativa, em que são construídas as ações para o retorno à sua comunidade.

Figura 1: Fluxograma do Atendimento da Internação



Fonte: PEMSEIS (2014, p.116)

De acordo com Moreira et al. (2015), o PIA não deve ser um instrumento diagnóstico e burocrático, mas sim um estudo de caso com possibilidade de ser revisto continuamente. Deve prever espaços de escuta, cuidado e educação contando com a participação efetiva do adolescente e de sua família: “deve ser um instrumento que singularize o adolescente e contribua para a construção de uma subjetividade expressiva e criativa” (MOREIRA ET AL., 2015, p.345).

De acordo com o Sinase, o adolescente tem o direito de receber informações sobre o desenvolvimento do seu Plano Individual de Atendimento e obrigatoriamente participar de sua elaboração e também da reavaliação. O PIA é o dispositivo que especifica o lugar que os adolescentes e seus responsáveis ocupam na gestão dos programas socioeducativos. Assim, a proposta é que os adolescentes e suas famílias pactuem os passos e estratégias de ação. Contudo, a experiência concreta demonstra que o PIA, geralmente, fica sob o poder exclusivo dos técnicos, permanecendo o adolescente apenas como objeto de intervenção (MALVASI, 2012 CITADO POR JIMENEZ ET AL., 2012).

A lei garante a participação do adolescente, porém permanece o desafio de que se possa diminuir a assimetria de poder entre os profissionais do campo socioeducativo e os adolescentes, vistos como pessoas que necessitam de intervenção. A ideia é que os adolescentes possam participar efetivamente da elaboração e efetivação de seu plano individual (JIMENEZ ET AL., 2012).

O que se observa é que os adolescentes somente passam por uma avaliação quando se encontram em situação de excepcionalidade, ou seja, privados de liberdade. Somente neste momento de sua vida é que as instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas vão conhecer com mais profundidade este indivíduo e assim construir uma avaliação que possa auxiliar o juiz em suas decisões. O que se problematiza nesse trabalho é que este conhecimento deve ser construído para que esse adolescente seja um sujeito de direito, mas também sujeito de voz e intervenção (COSTA ET AL., 2011).

4.6 APRESENTAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO EM AUDIÊNCIA

Para acompanhamento da medida socioeducativa, o juiz precisa estar ciente dos aspectos subjetivos dos adolescentes. Assim, o PIA subsidia o juiz em sua tarefa, pois permite conhecer o sujeito em sua realidade social e familiar e não somente o lado delituoso (COSTA ET AL., 2011).

A Fundação de Atendimento Socioeducativo possui fluxo próprio da Comarca de Porto Alegre com a 3ª Vara da Infância e Juventude – 3ª VIJ,

implementada no ano de 2008, onde a equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos - CIPCS, após a confecção do PIA no período de até 45 dias e da confirmação de que o jovem irá cumprir medida socioeducativa de internação, comparece à audiência denominada de apreciação do PIA. A presença da equipe técnica na audiência é para realizar a contextualização da situação do jovem, ressaltando as potencialidades e fragilidades e apontando as necessidades iniciais para o cumprimento da medida.

Nesta audiência de apreciação do PIA, devem estar presentes o adolescente e seu responsável, a equipe técnica e membros da rede de atendimento quando necessário. O advogado realiza a leitura do resumo jurídico do jovem e os demais membros da equipe relatam a forma como o adolescente/jovem adulto tem se apresentado ao longo da internação provisória, ressaltando as necessidades iniciais para o cumprimento da medida socioeducativa. Após a exposição da equipe técnica, o jovem e a família ingressam na sala de audiência, onde o juiz realiza alguns questionamentos e sana dúvidas referentes ao cumprimento da medida. Nessa audiência, a equipe técnica possui autonomia para sugerir que o socioeducando cumpra medida diferente da recebida em sentença, cabendo ao juiz a avaliação da proposta.

5 METODOLOGIA

Essa pesquisa é um estudo qualitativo e utiliza a metodologia da pesquisa-ação, como cita Tripp (2005), a reflexão é essencial dentro do processo, pois através dela se identifica o que melhorar na prática comum. Assim, a pesquisa está pensada como uma possibilidade de reflexão por parte tanto da pesquisadora, quanto dos envolvidos, vistos não como objetos de pesquisa, mas como co-construtores do conhecimento que será aqui gerado.

A pesquisa foi realizada na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul - FASE, especificamente no Centro de Internação Provisória Carlos Santos - CIPCS, onde permanecem os adolescentes/jovens que aguardam definição de sua situação jurídica, ou seja, em internação provisória. Neste espaço também permanecem jovens por internação de regressão de medida de meio aberto. Esse Centro possui capacidade para 90 adolescentes atendendo a região de Porto Alegre. O CIPCS conta em seu quadro com 135 funcionários com vinculação celetista e ingresso através de concurso público, vinculado ao Estado do Rio Grande do Sul. Dentre esse número, 97 são agentes socioeducadores, 2 assistentes administrativos, dois motoristas, 1 cozinheiro, 2 almoxarife, 1 auxiliar de rouparia, 1 responsável pela manutenção, 1 eletricitista, 4 agentes de enfermagem, 2 instrutores de atividades profissionais 2 assistentes de direção e 1 diretor. Dezenove pessoas compõem o corpo técnico.

Foi realizada uma intervenção em grupo com a equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos, que foi sensibilizada a participar deste momento de reflexão sobre a prática de trabalho, especificamente sobre o Plano Individual de Atendimento.

Foram convidados a participar da pesquisa toda a equipe técnica composta por dezenove profissionais: 4 psicólogos, 2 pedagogos, 4 assistentes sociais, 3 advogados, 2 enfermeiros, psiquiatra, neurologista e 2 educadores físicos. Compareceram à roda de conversa proposta dez profissionais: 2 advogados, 2 psicólogos, 1 enfermeiro, 3 assistentes sociais, 1 educador físico e uma pedagoga. A faixa etária dos profissionais varia de 25 a 53 anos e o tempo de serviço na Fundação varia de 9 meses a 15 anos. Oito pessoas do sexo feminino e duas do sexo masculino.

Essa intervenção tem como metodologia a roda de conversa, que de acordo com Moura e Lima (2014), é uma forma de produzir dados onde o pesquisador se coloca como sujeito da pesquisa participando da conversa e simultaneamente produzindo dados para discussão. “A roda de conversa surgiu como uma possibilidade de reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado” (MOURA; LIMA, 2014, p. 99).

Segundo Ghedin e Franco (em Moura; Lima, 2014), lidar com narrativas se caracteriza por um método em que o pesquisador busca treinar o seu olhar, visando compreender as categorias que surgem do discurso dos sujeitos, no nosso caso, a equipe técnica, que são ouvidos acerca de suas experiências com o Plano Individual de Atendimento. Pela percepção crítica e contextualizada das diversas nuances apresentadas pelo discurso, tais como o que a fala oculta e o que ela revela, se atende ou não a expectativa do pesquisador.

Como afirmam Moura e Lima (2014, p. 100),

O sujeito é sempre um narrador em potencial. O fato é que ele não narra sozinho, reproduz vozes, discursos e memórias de outras pessoas, que se associam à sua no processo de rememoração e de socialização, e o discurso narrativo, no caso da roda de conversa, é uma construção coletiva.

De acordo com Mélo et al (2007), as rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática, definida a partir dos objetivos da pesquisa apresentados pela pesquisadora, a partir dos quais as pessoas produzem as elaborações sobre o tema, cada uma instigando a fala do outro, argumentando e contra-argumentando entre si, posicionando-se e ouvindo o posicionamento dos demais participantes.

Todos os membros da equipe técnica do Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS) foram convidados, com uma breve explicação sobre a pesquisa. Neste momento foi entregue um convite impresso com a data, hora e local. Previamente foi acordado com a Direção da Unidade o dia mais adequado para garantir a presença de um maior número de participantes.

No dia agendado, inicialmente foi realizada uma explicação detalhada sobre os objetivos da pesquisa e esclarecidos os procedimentos. Foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido para assinaturas dos que assim desejarem.

A roda de conversa foi iniciada com perguntas norteadoras conforme os objetivos específicos dessa pesquisa:

1ª - “Que sentimentos vem à tona quando pensamos na elaboração do PIA? Quais as dificuldades e atravessamentos encontrados nesse processo?” Essas perguntas têm por objetivo compreender os sentimentos envolvidos na construção desse instrumento.

2ª - “Qual a pertinência desse instrumento, tendo em vista que é previsto pela Lei do Sinase? Porque e para quem é importante?” Este questionamento propõe-se a compreender a visão dos técnicos sobre o instrumento e compreender a função para a equipe e para o adolescente.

3ª - “Pra quem se escreve o PIA? Para a família? Para o adolescente? Para a equipe? Para o judiciário?” O objetivo dessas questões é complementar às anteriores, buscando o significado do instrumento para diversos âmbitos.

4ª - “Que sentimentos vem à tona em relação à apresentação do PIA para o judiciário? Como é essa relação?” Este questionamento visa compreender e problematizar o uso do PIA para o judiciário.

A roda de conversa foi gravada, transcrita e as falas foram posteriormente submetidas à análise de conteúdo através do programa NVIVO, um programa utilizado para realização de pesquisa com o método qualitativo, permitindo a organização dos relatos em categorias e facilitando a análise de conteúdo.

6 DISCUSSÃO

6.1 O PIA NA PERCEPÇÃO E PRÁTICA DAS EQUIPES

Percebe-se, no cotidiano institucional no qual a pesquisadora está inserida, a fala inquietante dos técnicos quando o assunto é o Plano Individual de Atendimento. Foi a partir dessas inquietações que foi realizada uma roda de conversa com o intuito de entender as potencialidades e dificuldades deste instrumento. Foi utilizado o programa NVIVO para auxiliar nas categorizações dos dados obtidos.

A roda de conversa teve duração de 1h30m e teve a participação de dez integrantes da equipe técnica e ocorreu no próprio espaço da Fundação de Atendimento Socioeducativo. Todos se mostraram participativos e com o desejo de expressar a opinião sobre o tema. A equipe estava concentrada e interessada pela temática, sendo este um rico e produtivo encontro, promovendo reflexões importantes sobre o Plano Individual de Atendimento.

Um dos aspectos pontuado pelos técnicos é a questão da responsabilidade de se falar da trajetória de vida do outro e das consequências de se levantar essas informações. É uma dúvida do que se pode escrever no PIA, sem expor o adolescente e não prejudicá-lo, considerando que ele já possui uma medida socioeducativa para cumprir. Essa dúvida pode ser vista na seguinte fala de um dos técnicos *“a questão de decidir, do que fazer, do que colocar, até onde tu pode ir...”*. Entendem que devem registrar informações, mas com o cuidado de não rotular o adolescente em desenvolvimento, preocupando-se com a questão de agregar juízo de valor à avaliação, pois é uma linha tênue entre o que se diz e o que se projeta na vida do outro. Reconhecem o quanto isso é difícil na hora da construção e apresentação do PIA em audiência, pois são cobrados a se posicionar e abrir as informações que possuem sobre o sujeito. Mostram-se, por vezes, receosos de apresentar dados que podem expor determinado jovem e deixá-lo marcado com um rótulo, ao mesmo tempo em que há uma cobrança para que exponham as informações. Esses sentimentos podem ser visualizados na fala de um dos técnicos:

“é a responsabilidade de falar da vida de outra pessoa e de que peso isso vai ter também”.

Essa situação lhes apresenta um questionamento sobre a ética profissional, pois às vezes os técnicos estão em situações em que se considera a vida dos adolescentes como se fosse determinada: o fato de um adolescente ter vivenciado maus tratos não determina o envolvimento do adolescente em ato infracional, ou seja, não se pode determinar que um jovem cometeu atos ilícitos por ter sofrido maus tratos, pois a vida desse adolescente envolve uma série de aspectos psicossociais, subjetivos, simbólicos, culturais, econômicos e políticos. Os técnicos afirmam que se sentem pressionados pelo judiciário a responder questões com juízos de valores sobre a vida do adolescente e consideram que isso é uma violação de seus direitos, que fica assim exposto. Ou seja, o PIA que deveria ser um instrumento de garantia de direito, pode ser um instrumento de violação de direitos dos adolescentes que, em muitos momentos, recebe um rótulo ou é exposto. Observem a seguinte fala de um dos técnicos: *“Ah então quer dizer que a mãe por ser garota de programa não deu atenção pra ele, carinho, cuidado, logo... Mas pode ser uma mãe que sim, pode ser garota de programa, mas pode ter dado tanta atenção, carinho e cuidado como qualquer outra mãe e isso incomoda quando o juiz ele te pressiona a responder questões com o juízo de valor intenso atravessado na vida desse sujeito. Isso é de uma violação de direitos absurda e isso eu fico pensando muito, tá atravessado enquanto eu produzo ali no PIA, né? Eu tento colocar de uma forma mais genérica pra não ..”.* No entanto os técnicos ao escreverem seus relatos, tentam minimizar essa situação, de forma que não detalhem situações privadas da vida de determinado jovem, pontuando somente as questões essenciais. O momento de maior conflito ético é quando a equipe técnica é convocada a falar na audiência.

Os técnicos pontuam também a dificuldade advinda do fato de que eles têm de levantar as informações sobre a vida dos adolescentes em um curto período de tempo, que é o de internação provisória (45 dias), conforme Lei 12.594/2012, lembrando que o PIA é concebido como um relatório abrangente que deve incluir informações sobre sua vida, sua família, seu entorno, sua educação, etc. Com isso, os técnicos têm de fazer a opção de se posicionar sob um recorte da vida do sujeito, reconhecendo que são fragmentos de histórias e que o que se pode oferecer dentro do prazo estabelecido é uma contextualização e visão inicial sob a trajetória do

adolescente e suas necessidades iniciais para o cumprimento de uma medida socioeducativa. O técnico pontua: *“É muito insipiente porque é um período muito curto... a gente inicia um processo”*. Há a compreensão de que os técnicos devem se responsabilizar pelo exercício profissional, no entanto, a queixa maior gira em torno da responsabilidade exigida pelo judiciário de que haja um posicionamento técnico sobre uma hipótese diagnóstica, por exemplo. Isso aparece na fala dos técnicos: *“Fiquei pensando aqui que não é a responsabilidade em si, porque todos nós devemos ter responsabilidade pelo exercício profissional na relação com o guri, mas a responsabilidade que às vezes o judiciário nos coloca no sentido de um diagnóstico do que é verdade ou mentira na vida daquele guri”*. A equipe entende que em alguns momentos isso exige posições deterministas e não é isso o que deveria ocorrer. Essa responsabilidade é trazida como um peso a ser carregado diariamente, pois se trata de um trabalho realizado com jovens que muitas vezes não tiveram investimento familiar ou estatal e os técnicos se veem com a tarefa de ressocializar, resolver questões e ofertar todos os direitos negados até este momento da vida do adolescente e que o acesso muitas vezes só é oportunizado quando o adolescente passa por uma medida socioeducativa. O peso dessa responsabilidade pode ser visto na seguinte fala: *“Tem que dar um jeito na vida dele”*. Essa responsabilidade também é sentida em relação aos atendimentos na rede de atendimento, citados como precários, pois muitas vezes os técnicos não conseguem atender a demanda dos adolescentes e muitas vezes despertam o sentimento de descrença na equipe que não consegue dar seguimento ao encaminhamento por não ter espaços fundamentais para acolher o jovem, como serviços de psicoterapia, psicopedagogia, dentre outros.

Há também o relato sobre as condições de saúde em que o jovem ingressa na FASE, pois muitas vezes eles chegam em péssimas condições, apesar de que, nestes casos, conseguem atendimento dentro da própria FASE ou são realizados encaminhamentos para a rede de saúde, de modo que conseguem lidar com a precariedade, pois o jovem não pode deixar de ser atendido.

Embora existam dificuldades, os técnicos relatam também satisfação profissional frente ao retorno que recebem dos adolescentes, como no exemplo dado pelos técnicos sobre o envio de uma carta de agradecimento de um adolescente em relação ao investimento que foi feito nele no período de internação provisória. Os técnicos entendem que no espaço socioeducativo os adolescentes

são vistos e lhes é proporcionado momentos de reflexão, o que muitas vezes não conseguem quando estão em liberdade. Isso se reflete na fala de um dos técnicos: *“aqui a gente faz um outro olhar, de investimento no sujeito, alguém que olha pro guri que nunca foi olhado...”*.

Em um estudo realizado por Moreira et al (2015), denominado Plano Individual de Atendimento na perspectiva dos técnicos da semiliberdade, no contexto de Minas Gerais, percebe-se também um incômodo por parte da equipe técnica sobre o que se deve escrever no PIA, trazendo questionamentos sobre o sigilo e qual informação é de fato importante para ser transmitida ao judiciário, preocupando-se assim com a exposição do jovem que já está sentenciado ao cumprimento de uma medida socioeducativa.

Construir o PIA na Internação Provisória é de fato uma situação diferente das demais unidades da Fundação, pois neste espaço o jovem permanece por um período reduzido. Produzir um documento que avalia o sujeito em cerca 45 dias é de fato uma responsabilidade imensa para a equipe que entende que o que pode ser visto nesse momento são somente alguns aspectos desse sujeito que irá se mostrar de fato ao longo do cumprimento de sua medida socioeducativa, onde os técnicos terão maior convívio e contato para conhecerem melhor o adolescente.

6.2 FUNÇÃO DO PIA PARA O ADOLESCENTE

Uma das principais funções do PIA é garantir a individualidade do sujeito na medida socioeducativa e foi ressaltada pela equipe a importância de se pensar na singularidade desse sujeito dentro do sistema socioeducativo no cumprimento da medida. Foi ressaltada a importância de se levantar hipóteses de quem é esse sujeito e como se contribuir para que ele cumpra a medida de uma maneira adequada, pensando nas potencialidades e fragilidades do indivíduo; a importância de poder contextualizar no PIA quem é o adolescente para além do ato infracional, do que foi feito até agora e do que se pode pensar para o futuro enquanto projeto de vida, de encaminhamentos e necessidades. Isso pode ser visualizado na fala de um dos técnicos: *“Acho que pra garantir a individualidade daquele sujeito na medida socioeducativa, porque eu não consigo pensar o guri dentro da FASE sem um Plano*

Individual de Atendimento no contextualização que diga quem ele é, como ele age, de que forma ele se relaciona, o contexto familiar, educacional, como tu pensa a individualidade dentro do sistema sem fazer esse levantamento, né?”.

Os técnicos consideram que o adolescente deve ser participante ativo nesse processo, pois ele deve estar de acordo com o que for planejado e o PIA deve ser fruto de seu desejo para que as coisas se efetivem. Não é possível encaminhar um jovem para uma escola de futebol, se ele gosta de basquete, por exemplo. O relatório deve ser produzido levando em consideração a subjetividade do adolescente, suas preferências e sua motivação para a tarefa. Um dos técnicos cita: *“ah o adolescente precisa de um tratamento para o uso de droga... essa é a nossa avaliação. Será que ele acha que precisa? Será que a família acha que precisa? isso é bem difícil”*. Nisso também apareceu a questão da exposição do jovem, do cuidado que se deve ter com as informações da trajetória de vida do indivíduo.

O espaço escolar foi bastante citado na roda de conversa como um espaço importante para trazer aspectos do jovem e é ressaltado que muitas vezes esse é o único espaço que traz informações positivas sobre o sujeito, que muitas vezes é referenciado somente por pontos negativos, podendo assim pensar sobre as potencialidades. Surgem falas neste aspecto: *“Mas eu também acho importante a informação da escola porque às vezes é o único ambiente que traz coisas positivas do guri assim, porque as vezes é o espaço onde ele se sentiu acolhido, onde tinha um vínculo com a professora, com alguém, então as vezes é o único espaço que tem coisas positivas pra falar a respeito dele. Eu acho interessante. Acho importante”*; *“Eu já tive isso de ligar pra uma escola pra saber de um menino e ela não tinha a informação que ele tava aqui e ela só trouxe os aspectos positivos dele”*.

Durante a internação provisória e ao longo do cumprimento da medida socioeducativa visa-se estimular a reflexão crítica do jovem sobre sua conduta, oportunizando espaços de escuta e intervenção a fim de promover o desenvolvimento pessoal e entendimento de suas dificuldades e potencialidades. A partir disso se realizam os encaminhamentos necessários para a execução da medida socioeducativa. Isso pode ser observado na fala de um dos técnicos: *“Que a maioria são pessoas que nunca foram escutadas, sempre foi mais a parte da cobrança, do porquê que não tá funcionando, porque não tá fazendo, porque não tá acontecendo, né?”*.

Malvasi(in Jimenez et al, 2012) cita que muitas vezes o PIA fica sob o domínio da equipe técnica, sendo o jovem um instrumento de intervenção. No entanto, verifica-se por parte da equipe técnica do CIPCS a importância de dar voz a esse sujeito e construir o seu plano de forma conjunta, pois embora os encaminhamentos sejam necessários, é importante verificar a motivação e o engajamento deste jovem para o que está sendo proposto. Estamos falando da vida de uma pessoa, traçar planos para que o outro realize sem ter o desejo de fato não irá funcionar. O adolescente deve participar ativamente da construção de seu PIA, da sua história, pois é ele quem irá concretizar as ações propostas.

6.3 FUNÇÃO DO PIA PARA A FAMÍLIA

A equipe compreende que o papel da família no PIA é de auxiliar o jovem no cumprimento da medida socioeducativa, contribuindo para o processo de reflexão crítica e o auxiliando no entendimento de suas dificuldades. Para que isso ocorra, a equipe, principalmente o profissional do Serviço Social, deve proporcionar espaço de escuta e reflexão para a família, fazendo alguns questionamentos, por exemplo: como vem sendo a postura da família com relação a esse adolescente? Como vem sendo a vida dele? De que forma vem contribuindo para conduzir a vida dessa forma? Quais coisas vêm sendo reproduzidas no contexto familiar? Como pensar em fazer diferente, ver novas alternativas? Há também, em determinados casos, o trabalho de resgate e/ou fortalecimento de vínculos, o que durante a internação provisória pode ser iniciado, mas que será continuado quando o jovem dá início ao cumprimento da medida nas unidades de execução.

A equipe pontua a dificuldade de estar nesse lugar de quem orienta, pois, antes de ocorrer a audiência de apresentação do Plano Individual de Atendimento, a equipe busca esclarecer com as famílias e os adolescentes que a equipe tem abertura para a proposição de uma medida socioeducativa diferente da recebida em sentença. Entretanto, nas audiências muitas vezes a equipe se sente fragilizada em relação ao juiz quando ele diz que não há indicação técnica para realizar a progressão de medida. Disso advém a importância de se conversar antes com a família e esclarecer sobre a possibilidade de se propor medidas socioeducativas

diferentes, mas que elas podem não ser acatadas. Mesmo tendo esse momento com a família, essa é uma situação que foi avaliada como muito delicada, pois muitas vezes a família entende que a equipe é quem deseja manter o jovem preso. Isso deixa os técnicos em uma posição difícil, pois quem sentencia é o juiz, mas quem tem que levantar argumentos para a manutenção ou progressão dessa medida é a equipe e isso torna a relação com a família e com o adolescente delicada, o que se vê na afirmação de um dos técnicos: *“Como tu diz que é a juíza que determina se é o teu argumento que embasa?”*

Outra questão discutida na roda de conversa foi que a família tendo o papel de orientar este jovem, muitas vezes não consegue dar conta disso. Uma queixa da equipe, principalmente na área da saúde física, é que as famílias não dão continuidade ao tratamento ofertado na rede onde foi feito o encaminhamento pela FASE, não tendo um comprometimento com a saúde desse adolescente. Quando o jovem reingressa, inicia um novo tratamento, que já deveria ter sido concluído quando o jovem estava em seu território, conforme cita o técnico: *“... O que se torna também frustrante é que esses adolescentes no ir e vir, que é muito constante, a falta de continuidade na manutenção do tratamento na rede e com as famílias também: o comprometimento da família com essa saúde, com a continuidade do tratamento na comunidade”*.

O que foi mais ressaltado pela equipe na relação do PIA com a família é a importância que o PIA tem para a família, no sentido de que ela tenha, em algum nível, a responsabilidade de pensar a respeito deste plano: dar além da autonomia, a responsabilidade e o “dever” de dar conta deste sujeito. É realizado um investimento no âmbito familiar, conforme pode ser visualizado na fala de um dos técnicos: *“A unidade vai executar tudo, vai dar continuidade à escolarização, a profissionalização, os documentos já foram acionados, se já não estão prontos, a questão de um resgate da família, de algum vínculo... a probabilidade dele avançar... Esse investimento é muito importante”*.

A participação efetiva da família é muito importante durante o cumprimento da medida socioeducativa, pois auxilia na organização da vida do adolescente, através do vínculo, da imposição dos limites e na orientação. De acordo com Moreira et al (2015), a construção do PIA deve ser realizada junto ao adolescente e sua família, de forma que esse instrumento não seja “uma coisa da equipe”, mas sim reúna os sujeitos que serão protagonistas deste plano de

atendimento. Há de se ter o cuidado de não transformar o instrumento em uma tarefa, perdendo a dimensão subjetiva.

6.4 FUNÇÃO DO PIA PARA A EQUIPE TÉCNICA

A principal função trazida pela equipe técnica é da importância do PIA para a equipe que irá receber o jovem na unidade de execução, pois este documento já apresenta uma contextualização sobre a vida do adolescente e como foi seu percurso durante a internação provisória. Entendem que quem receber o jovem já tem a base para continuar a construção do processo da medida socioeducativa, visando principalmente a singularidade do sujeito. Falam da responsabilidade para com os colegas das demais unidades, no sentido de ser o PIA que orienta as práticas nos locais para onde o jovem vai, ou seja, a partir do PIA contextualização, se fará o PIA Ação e posteriormente Relatório Avaliativo a partir do Plano de Ação, como diz um técnico: *“o alicerce vai pronto”*. Assim, a equipe alega construir esse documento não só pensando nas respostas que o judiciário exige, mas pensando no colega que irá recebê-lo e que precisa, ao ler o documento, enxergar as limitações e potencialidades desse sujeito.

Ressaltaram que se tem que ter o cuidado de que o instrumento não se torne algo realizado somente pela equipe, com seus desejos de encaminhamentos e idealização do que é melhor para o adolescente. Ressalta-se a importância de que o Plano Individual de Atendimento seja feito em conjunto com a família e o adolescente. A equipe técnica cita o exemplo de que muitas vezes o profissional avalia a necessidade de encaminhamento para o uso abusivo de substâncias, e o jovem não apresenta motivação e a família também não entende a necessidade. Nesses casos, investe-se nos atendimentos para uma sensibilização para que vejam a necessidade do engajamento em um tratamento, mas entendem que não se deve forçar esse encaminhamento, uma vez que ele deve ser construído passo a passo com o jovem e sua família, o que durante a internação provisória é iniciado e os profissionais das demais unidades de execução seguem nesse processo de sensibilização.

A equipe abordou sua própria fragilidade em trabalhar em conjunto, evidenciando a necessidade de diálogo, pois algumas pessoas citaram que muitas vezes o documento apresenta contradições ou até mesmo informações em discordância. Falam da necessidade de poder ter um espaço para ampliar a discussão, para que as informações não fiquem compartimentadas e o trabalho seja, de fato, interdisciplinar. Qual a obrigação de cada área? Qual a potência da equipe técnica para responder em conjunto? Isso pode ser exemplificado pela fala: *“Eu acho que precisaria conversar mais, sentar pra falar daquele sujeito, pra construir esse relatório, fica todo compartimentado”*.

Enfim, o PIA para a equipe técnica é visto como um instrumento para guiar a execução da medida socioeducativa do jovem, promovendo espaços de escuta e reflexão tanto para a família, quanto para o adolescente, promovendo garantia de direitos até então violados. Assim, ampliam-se as expectativas de que esse jovem retorne para a sociedade com as leis internalizadas e que possa vislumbrar um novo projeto de vida.

Faz-se necessário a ampliação de espaços de discussão para evitar a compartimentalização do instrumento, onde cada um se responsabiliza pela área do conhecimento que domina, promovendo então um diálogo e discussões de casos efetivas. Embora a equipe narre que já exista esse espaço de qualificação do trabalho, informam que não o acham suficiente, pois não está focado na elaboração do PIA.

6.5 RELAÇÃO COM O JUDICIÁRIO

Ao tratar a relação do instrumento com o judiciário surgem questões como a proposição de medidas socioeducativas na audiência de apresentação do PIA. A equipe entende que não deveria ser seu papel propor progressão de medida para o adolescente, pontuando que é importante a confecção do PIA, sua apresentação, mas sem a indicação de manutenção ou progressão. Afirmam que essa é uma carga muito grande sobre os técnicos.

Revelam muitos sentimentos e desconfortos neste aspecto, afirmando que isso não deveria ser atribuição técnica, que isso fugiria de sua competência. Sentem-se em um papel de defender ou acusar e fazem uma analogia com o papel do defensor e do promotor de justiça, que deve assumir um dos lados, tendo o técnico que atestar se o adolescente reúne condições para cumprir medida diversa da recebida em sentença. Sentem-se pressionados a se manifestar e apresentar argumentação. Essa angústia pode ser vista na fala de uma das técnicas *“Me sinto ali muitas vezes mais defensora ou promotora do que assistente social”*.

A equipe alega que gostaria de expor o caso, evidenciando todas as fragilidades e potencialidades do sujeito, bem como as necessidades iniciais para o cumprimento da medida socioeducativa e que, feito isso, o juiz definisse o que melhor se adequa a cada caso. Entendem que o jovem é julgado pelo judiciário, e o papel da equipe técnica é mostrar o lado subjetivo e as relações familiares do adolescente. Um técnico se questiona: *“Porque cabe ao técnico propor a mudança?”* Ressaltam, portanto, a importância da presença dos técnicos na audiência, mas gostariam que não tivessem de propor medidas: *“É...essa parte eu acho importante. Acho importante ir e falar sobre o guri, pra ele não ser julgado só por aquele ato infracional, mas dar um parecer...”*

O Sinase não aponta que se deva ter a presença dos técnicos na audiência e isso parece ter sido uma construção da FASE com o poder judiciário no Rio Grande do Sul. Um dos técnicos cita: *“não tá escrito na lei que a gente tem que propor medida e apresentar em audiência... diz que a gente tem que fazer um Plano Individual de Atendimento, pensando em como esse adolescente vai cumprir a medida, a família vai auxiliar nesse processo, mas não tem escrito que a gente tenha que apresentar”*. Os técnicos mencionam exemplos de outros estados onde há funcionamentos diferentes no que tange ao PIA.

Além da proposição de medidas, a equipe compartilha que se sentem expostos nas audiências em determinados momentos, pois muitas vezes é dito pelo juiz que não há indicação técnica para abrandamento de medidas e isso gera um desconforto na relação com o adolescente e com sua família, que muitas vezes entendem que o jovem seguirá privado de liberdade por causa da equipe e não por ter recebido uma sentença a ser cumprida por causa do ato infracional. Embora a equipe busque esclarecer aspectos da audiência com a família antes que ela aconteça, estes desconfortos estão presentes. Temem em alguns momentos levar

algumas informações que o juiz possa devolver para a família na hora da audiência e que acabe expondo questões delicadas da família, que muitas vezes confiou a informação ao técnico em um espaço de atendimento.

Outro temor relacionado à proposição de medida e exposição é a leitura que os adolescentes fazem quando os técnicos sugerem a manutenção de medida recebida em sentença. Os técnicos afirmam que esta exposição acarreta um possível risco de vida, embora nenhum tenha citado ameaças, é um medo que surge diante dessa exposição: *“E às vezes até um risco de vida porque dependendo do envolvimento que esses meninos têm com o crime, a exposição de: eu vou ficar porque os técnicos não tão.. É fato.. tem guri que é super envolvido no tráfico, super envolvido no crime..”*

Em alguns momentos sentem-se desqualificados, pois alegam que o juiz às vezes questiona o parecer técnico, qualificando-o como frágil ou inadequado, fazendo com que os técnicos se sintam desautorizados. Revelam sentimentos de constrangimento e baixa autoestima. Entendem que às vezes é exigido deles quase que um trabalho de investigação e não é isso que o corpo técnico propõe. Relatam que, quando ocorre essa situação de exposição em audiência, ao retornar à instituição, encontram os colegas falando da situação, o que desqualifica mais uma vez o trabalho.

Analisa-se que falta o olhar sob o que é o papel de cada profissional da equipe, de que não podem forçar uma reflexão no adolescente, mas sim estimulá-la, que não se pode forçar um vínculo já rompido entre o adolescente e sua família se não há o desejo de retomá-lo. Gostariam que houvesse uma valorização da avaliação e do saber técnico. Observe a fala do técnico: *“É que eu acho que o judiciário não tem um olhar assim mais técnico da coisa. O que que um assistente social faz? Ele trabalha no fortalecimento de vínculos, não trabalha numa estruturação geral de vínculos... fazer milagre das coisas... O que eu, um psicólogo faz, na parte comportamental? Ele não vai fazer a pessoa se transformar! Então eu acho que falta um olhar técnico também do judiciário do conhecimento do que que cada área pode fazer. Esse negócio... a gente fortalece vínculo, mas a gente não pode forçar um vínculo. Tem uns vínculos que estão esgarçados, não tem mais jeito, não foram estabelecidos e nem existe a vontade de pessoas estabelecerem vínculos e aí o que que parece: que a gente tem que forçar isso daí... não é fortalecer, a gente tem que forçar o vínculo. As gurias tem que forçar uma reflexão...”*

Verifica-se que há grande incômodo por parte da equipe técnica referente a apresentação do documento em audiência, especificamente sobre a proposição de medidas socioeducativas. Há um sentimento de desvalia e de baixa autoestima envolvendo a execução do trabalho, onde o profissional passa a sentir mal-estar diante das situações cotidianas envolvendo o PIA..

6.6 INTERVENÇÕES

A equipe no geral foi bem participativa durante a roda de conversa e considerou que dificilmente se tem um momento para pensar na prática e que neste espaço puderam falar de seus sentimentos e percepções sobre o Plano Individual de Atendimento. Entendem que a discussão rica não pode se perder e levantaram a necessidade de reunir toda a equipe técnica da FASE para discussão sobre o PIA. Há o entendimento de que ampliando a discussão, podem ver se todos pensam de forma semelhante e, assim, poderiam propor uma mudança de fluxo.

Foi discutido que já existe um grupo de técnicos pensando sobre esse aspecto em um grupo de trabalho, mas que até o momento não tinham encaminhamentos. Essa informação não era do conhecimento de todos, mas consideraram um avanço já estarem usando de um espaço para problematizar o instrumento que é de direito do jovem privado de liberdade.

Compreendem que se no futuro houver uma proposição de mudança de fluxo, é importante conhecer a realidade de outros estados com propriedade para ter um maior embasamento. Um dos técnicos cita: *“Acho que a gente tem que retomar e ver, a gente não quer retroceder, a gente só quer avançar”*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A roda de conversa trouxe muitas percepções e sentimentos sobre o Plano Individual de Atendimento. Uma das principais percepções é sobre o compromisso ético e a responsabilidade de se construir algo sobre a vida do outro, de avaliar e propor medidas socioeducativas contando com um prazo curto, com o cuidado de não deixar entrar juízo de valor em relação ao que é dito sobre determinado jovem e sua família.

Embora se sintam expostos em muitos momentos em audiência e com a discordância da equipe em relação a seu papel de propor medidas socioeducativas, entende que sua participação na contextualização de quem é esse sujeito é importante e pode sim fazer diferença.

Percebem-se momentos de fragilidade na fala da equipe por vivenciar cotidianamente situações muito intensas, mas em contrapartida também uma realização profissional e engajamento no trabalho. A partir da roda de conversa despertou-se o desejo de seguir discutindo essa temática ampliando-a, de modo a perceber como os técnicos das unidades de execução visualizam a participação do técnico na audiência. Para outros estudos, é interessante poder ampliar para as demais unidades da FASE, com uma pesquisa mais ampla com uma amostra maior.

Como questionamento final, a pesquisadora avalia que o PIA, que se propõe a mobilizar ações para acesso a Direitos Humanos, em alguns momentos fornece informações muito privadas que podem, pelo contrário, violar direitos da família e do jovem. Assim, a equipe se vê diante de um dilema ético: como construir o PIA sem expor demasiadamente? Pensando a roda de conversa apenas como um momento inicial de reflexão, as possíveis respostas a essas questões serão construídas ao longo do percurso profissional dessa equipe, com a participação da pesquisadora.

É de grande importância que o Sinase tenha surgido visando a regulamentação da execução das medidas socioeducativas, expondo a necessidade de olhar para o adolescente e promover a garantia de seus direitos em condição de privação de liberdade. Como já pontuado na literatura por Joaquim Herrera em Sousa Junior 2015, os Direitos Humanos são processos de luta por dignidade. Não há condição de homogeneidade no que se refere a efetivação dos direitos, pois isso perpassa por processos de lutas. A depender do contexto, no entanto, há que se

atentar para o que está garantido na lei e se esforçar para sua aplicabilidade e é isso que a equipe de técnicos faz cotidianamente, passando por dificuldades, mas sempre tendo em vista a garantia do direito do adolescente e o auxílio para seu desenvolvimento pessoal, através do Plano Individual de Atendimento.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8069/90 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 12 ago. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Sócio – Educativo do Rio Grande do Sul. / **PEMSEIS: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre: SDH; FASE, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**; regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis ns. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 7.560/1986, 7.998/1990, 5.537/1968, 8.315/1991, 8.706/1993, os Decretos-lei ns. 4.048/1942, 8.621/1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Publicado no DOU, de 19 jan. 2012 retificado em 20 jan. 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-1> . Acesso em: 12 Ago. 2015.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, no. 31 jan-abr/2006. pp. 07-18.

COSTA, Liana Fortunato et al . Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 379-387, Set. 2011 Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722011000300005&lng=en&nrm=is>. Acesso em 29 Set. 2015.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos como um projeto de sociedade.In: PINTO, João Batista Moreira; SOUZA, Eron Geraldo de (Orgs). **Os direitos humanos como um projeto de sociedade**: desafios para as dimensões políticas, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014, p. 35-54.

JIMENEZ, Luciene et al. Significados da nova lei do Sinase no Sistema Socioeducativo.*Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 2012.

Disponível em:
<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/184>
 Acesso em 29 Set. 2015.

MARASCHIN, Cleci; RANIERE, Édio. Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase. **Rev. katálysis, Florianópolis**, v. 14, n. 1, p. 95-103, jun. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802011000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 set. 2015.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n 3, p. 26-32, 2007.
 MENDES, Alexandre. **Joaquin Herrera Flores: A dignidade da luta**. Direito e Práxis, vol. 02, n. 01, 2011

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al. Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 341-356, June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200341&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 Set. 2015.

MOURA, Adriaan Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: Roda de conversa: Um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014

RAMIDOFF, Mário Luiz. **SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Comentários á Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. São Paulo: Saraiva, 2012. 163 p.

SOUSA JUNIOR, J. G. de; SOUSA, N. H. B de. **Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação**. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 05 de agosto/2015.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa., São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 Ago. 2015.

VERONSE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Ver. Bras. Adolescência e conflitualidade*, 29-46, 2009.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de consentimento livre e esclarecido

O (a) Sr.(a) está convidado a participar da pesquisa “O Plano Individual de Atendimento (PIA) na percepção da equipe técnica na Internação Provisória da Comarca de Porto Alegre” que tem como objetivo captar os sentimentos envolvidos na elaboração desse documento, analisando a pertinência e as dificuldades encontradas no processo. Busca-se compreender como os técnicos visualizam e pensam sua prática profissional.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma roda de conversa que será gravada para o fim de transcrição e análise de conteúdo. Sua fala não será identificada e seu sigilo está garantido.

Sendo assim, o participante se compromete:

- 1) Responder a um questionário com dados de gênero, idade, formação, tempo de serviço e idade.
- 2) Participar da roda de conversa expressando a opinião sobre o tema explicitado.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF. Caso sinta algum desconforto diante dos procedimentos utilizados, a pesquisadora estará à disposição para realizar esclarecimentos.

Esperamos também que este estudo levante informações importantes sobre o trabalho da equipe técnica na elaboração do PIA, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa fornecer dados para desenvolver propostas nessa área.

Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação.

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Qualquer dúvida que surgir, poderá ser esclarecida pela pesquisadora em qualquer fase da pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, você é livre para recusar-se a

participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, bem como suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome no estudo.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

EU.....Identidade.....
 ..., declaro que fui informado e devidamente esclarecido do projeto de pesquisa intitulado: O Plano Individual de Atendimento (PIA) na percepção da equipe técnica no Centro de Internação Provisória Carlos Santos da Comarca de Porto Alegre desenvolvido por Adriana de Araújo Lopes do curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural da Universidade de Brasília- UnB.

Declaro, que após ser esclarecido pelo pesquisador a respeito da pesquisa, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa.

Porto Alegredede 2015

Data de nascimento:...../...../.....Sexo M() F()

Endereço:.....nº.....Apto:..

....

Bairro:.....cidade:.....CEP:.....Tel:.....

...

.....

Assinatura do declarante

Declaração do pesquisador

Declaro, para fins da realização da pesquisa, que cumprirei todas as exigências acima, na qual obtive de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do declarante acima, qualificado para a realização desta pesquisa.

.....

Assinatura do pesquisador responsável

